

LITERATURA SOCIAL E CRIMINALIDADE

ROBERTO LYRA

1. *A arte a serviço da ciência*. 2. *Júlio Ribeiro (A Pena de Açóites)*. 3. *Taunay (O "Encilhamento")*. 4. *Monteiro Lobato (O "Grilo")*.

1. Desde o meu concurso para o magistério superior oficial (vêde meu livro *Direito Penal*, 1.º vol., Rio, 1936 e o material divulgado, sobretudo na *Revista Brasileira de Criminologia*, de 1947 a 1959), venho realizando pesquisas sociológicas sôbre a criminalidade na arte em geral. *A arte a serviço da ciência* — assim denominei o movimento para fixar a sociogênese específica. Não tratei de ilustrar esquemas de classificações de criminosos, como ENRICO FERRI e seus continuadores, sem a seta e o foco das causas das causas. Por outro lado, não procurei intuições esparsas e genéricas, como muitos outros. Tratei dêles em vários trabalhos e, mais recentemente, em "Apoologia do Direito Penal".

Em 1963, JEAN PINATEL apresentou uma "Criminologia literária que explora as obras literárias para nelas procurar a confirmação das teorias". Teorias cinzentas, de que falou GOETHE, quando é "verde a árvore da vida".

Repeli os disfarces da propaganda de um sistema econômico pelos ressuscitadores dos "romances industriais" (*Cultura e Sociedade*, de RAYMOND WILLIAMS, São Paulo, 1969), como os de GASKELL, DICKENS, DISRAELI, KINGSLEY, GEORGE ELIOT.

Os documentos sociais exibem ao natural o que se artificializa em leis, tratados, compêndios; o que não figura nas estatísticas; o que jaz em arquivos e museus; o que cede à paixão e ao interêsse no govêrno ou na oposição; o que é sacrificado pela pressa imediatista e sensacionalizante do jornalismo; o que se fragmenta e superficializa longe do que denomino e conceituo como supercriminalidade e criminalidade absoluta. Onde buscar a verdade? Onde obter, por exemplo, a imagem da vigência da justiça privada, direta e discricionária?

"A lei aqui é o art. 44, § 32. O art. 44 é o calibre da clavina Winchester; § 32 — corresponde ao cano das pistolas de repetição" (ROQUETE PINTO). Um fazendeiro de Jauru costumava dizer aos vaqueiros: "Quem achar boi gordo pode tocar pra cá, que é meu; *ferro* que eu respeito é só magreza..."

Sòmente a arte pode mergulhar de olhos abertos nas ondas sociais. Não se encontra no "ventre dos autos" o que está nas entranhas da sociedade.

As leis penais não retratam as realidades sociais, as peculiaridades nacionais, as singularidades populares. Na maior parte do território nacional, elas não vigem. As constituições que constituem, as disposições que dispõem de fato estão nos usos e costumes, nas práticas “abafadas” ou encobertas do Estado dentro do Estado. O que vige é uma justiça privada primitiva, sem, sequer, os pesos e medidas de Talião que satisfaz desenvoltamente a vingança segundo a imaginação celerada de poder real.

Historiadores continuam a ser mais jornalistas do que os jornalistas. Estes é que tratam da incursão social, enquanto aqueles se incumbem da excursão, entre episódios e personagens destacados no “panteon” invertido da notoriedade. Entretanto, os mais superficiais poderiam filiar cada caso às suas sedes germinais. O artigo de fundo foi substituído pela reportagem de fundo. As lendas como que perpetuam os feitos de doentes mentais e morais.

O crime do desembargador Pontes Visgueiro, em 1873 (São Luiz, Maranhão) deveria figurar nos tratados de psiquiatria como prova da ignorância do já então elementar: a paixão senil incendiando o cérebro esclerosado. O crime do Professor João Estanislau da Silva Lisboa (Salvador; Bahia, 1847) revive pela auréola romântica — a requintada ourivesaria assassina (Dr. *João Estanislau da Silva Lisboa*, de ANÍSIO CIRUNDÉS DE CARVALHO, Bahia, 1935; *A Bala de Ouro*, PEDRO CALMON, Rio, 1947), 123 anos depois (1970) apurou-se que a bala era de chumbo. Ela pode ser vista no Museu Histórico Feminino (Salvador, Bahia).

Os motivos ou fins políticos, a qualidade da vítima e a dos mandantes tornaram memoráveis crimes, como o de Marcelino Bispo contra Prudente de Moraes, sendo atingido o ministro da Guerra Machado Bittencourt, e o de Manso de Paiva contra Pinheiro Machado.

Ao lado desses e outros criminosos menos expressivos são fixados, sem exame sociológico, criminosos habituais e profissionais, como, por exemplo, Gino Amleto Meneghetti, “o maior ladrão do Brasil”. A legenda jornalística não cuidou dos maiores e piores criminosos, além de tudo impunes e bastante poderosos para encher prisões com os outros. Meneghetti era italiano e veio para o Brasil com fôlha internacional (Itália, Estados Unidos, Argentina etc.). Passou um terço da vida na prisão, da qual fugiu várias vezes, inclusive com as evasões legais de desclassificações e reduções da pena e de livramento condicional, até de comutação da pena pelo Presidente da República. O poder judiciário e o poder executivo contribuíram para que Meneghetti escapasse da prisão, com tôdas as formalidades. O beneficiário disse, e tinha tôda a razão, que a Justiça e a prisão “não serviram de nada”. O prof. FLAMÍNIO FAVERO responsabilizou o “sistema carcerário” pela reincidência de Meneghetti. O “rei dos ladrões” relatou suas lutas contra necessidades e perigos desde a infância. O que aprendeu foi furtar, matar, fugir, ocultar-se. Seus mestres foram os receptadores. Aos comerciantes que conheceu definiu como “ladrões sem pressa”. A vida de Meneghetti teria influído no livro *L’Homme Revolté*, de CAMUS, que o visitou na prisão.

Juristas e literatos com intuição ou senso sociológico reconheceram: “O romance não é a vida em ponto pequeno, porém a vida em ponto grande. Não são somente os nossos próprios esforços e lutas, afetos e recordações

que temos ocasião de achar na bagagem do romance. Aí também se encontram ciência, filosofia, arte, política, religião; aí nos relacionamos com tôdas as questões do tempo, compreendemos o seu alcance, sentimos a urgência de uma solução" (TOBIAS BARRETO). "A poesia e a prosa sociais são produtos da sociedade no seio da qual nascem e da consciência social, que se abaixa ou se eleva, se retrai ou se alarga, se relaxa ou se fortifica, com o meio social" (ARTUR ORLANDO). "Nos romances e dramas os males sociais são minuciosamente descritos, meticulosamente analisados, rigorosamente dissecados e os remédios sociais são estudados" (PEDRO LESSA). "No domínio da ficção temos obras que trouxeram colaboração inestimável à interpretação dos fatos sociais. Não nos esqueçamos de que, muitas vezes, o romance tem importância maior do que uma obra científica. Ele torce, modifica a opinião coletiva, conduzindo, não raro, a reformas imediatas. Mesmo em Sociologia a beleza e a poesia têm os seus direitos. É uma compensação para todos os desencorajamentos e um complemento a tôdas as venturas" (A. CARNEIRO LEÃO). "O excelente estômago da arte é capaz de digerir tudo" (OTTO MARIA CARPEAUX).

FERREIRA DE CASTRO (*O Instinto Supremo*) foi "fiel à realidade literária, que, pelo seu poder condensador e harmonizante, é, como de há muito se sabe, mais convincente, tantas vezes mais verossímil e mais verdadeira do que a da própria vida". E confessou: "Em numerosos passos desta obra, rompi deliberadamente com a história. Procurei que os seus heróis não parecessem mitos, que os seus atos não segregassem a incredulidade que brota das fábulas, que as suas virtudes emergissem da própria condição humana, como em tôda as épocas foi verdade, antes dos acontecimentos se tornarem históricos".

FREUD foi buscar seus símbolos na tragédia grega. MÉLANIE KLEIN baseou-se num romance para imprimir "novas direções à psicanálise" com suas concepções sobre a constituição do "eu", notadamente as modalidades primitivas da identificação. FREUD acentuara, principalmente, a relação entre identificação e introjeção. MÉLANIE KLEIN propõe-se, partindo do romance de JULIEN GREEN (*Si J'Étais Vous, Plon*, Paris, 1947), a analisar o mecanismo complementar, por êle chamado identificação projetiva. Não se trata de simples atribuição a outrem de qualidades ou emoções que nos seriam próprias, mas, em sentido quase realista, a projeção de certas partes de si mesmo (ou de certos "objetos internos") sobre, ou melhor, dentro de outra pessoa.

ETIENNE DE GREEFF derivou para a ficção seu desencanto metafísico e seu ceticismo científico diante dos princípios do conhecimento e da ação e da dinâmica dos processos psicológicos e da personalidade. Escreveu dois romances. Reencontrou suas angústias, mas para libertá-las.

DENIS SZABO desprezou a "armadura conceitual rebarbativa" para basear-se em escritores como GIDE ou MORAVIA que nos traçam em *Caves du Vatican* ou em *Les Indifférents* "retratos de uma sutileza psicológica e de uma autenticidade moral dificilmente igualáveis".

Em *Pour une Sociologie du Roman*, Paris, 1964, LUCIEN GOLDMANN equiparou a diferença entre o ponto de vista do sociólogo e o do escritor

à que existe entre o ponto de vista do corredor e o do atleta. As duas perspectivas não se contradizem. Completam-se, para o esclarecimento recíproco. É que os sujeitos da criação cultural são os grupos sociais e não os indivíduos isolados, os heróis demoníacos do romance — um louco ou um criminoso. O romance, como biografia e crônica social, reflete, mais ou menos, a sociedade da época.

Os supostos defeitos literários do excesso de material direto serão virtudes para o cientista. Este não atribuirá ao objeto da investigação e da interpretação as próprias deficiências, sobretudo a insensibilidade para identificar o que somente a arte pode captar. Não é estranho que aceite “intenções” individuais ou de grupos quem combate as “intenções” sociais? Arte pura é a que não põe a criação a serviço de interesses subalternos e facciosos, assim como é impura a que se associa, conscientemente ou inconscientemente, ao afimoseamento de privilégios e injustiças. Romancear, contar, não é falsear.

A ciência não sabia que o suicídio é homicida. Salvo caso de doença mental, não existe suicídio. O que a lei considera morte voluntária de um é sempre obra de outro. Vêde CHARLES HENRY HIRSCH (*Mimi Bigoudis*).

Em livros de ciência, AFRÂNIO PEIXOTO não poderia descrever, como no romance *Maria Bonita*, a natureza e a vida nas regiões do Rio Pardo e Canavieiras no literal baiano, com os choques de homens, mulheres e crianças economicamente inferiores, as receitas contra o mau-olhado, os amuletos que salvam de bala, facada ou veneno, os barqueiros que fazem cessar as chuvas, expondo-se aos pingos d'água uma pequena estátua de Santo Antônio.

Se ESTÁCIO DE LIMA, com todos os títulos, erudição e tirocínio, escrevesse relatórios ou monografias sobre a prostituição, seria citado e seguido pelos “técnicos”, e encabeçaria bibliografias classificadas. Mas, como honrou a verdade com a beleza, a densidade e a profundidade da arte no romance *Rua do Açouguinho*, para desmascarar todos os desvãos ocultos, merece o desdém ignorante e insensível. Sobre a prostituição na Guanabara vêde *Telhado de Vidro*, de NESTOR DE HOLANDA, Rio, 1967.

“Nos primeiros tempos, o meu gôzo maior consistia no percorrer as ruas desordeiras. Parava às esquinas. Sentava-me nas tavernas. Entre rameiras e vagabundos, entrei de grangear intimidade. Nunca me esqueço de alguns da mais cerrada convivência: o Cabeça-de-Bronze, navalhista famoso, cheio de crimes na biografia, sustentado por uma tísica, a Louise, de cabelos selvagens, sempre vestida de negro. E a Sara, sentimental e bexigosa, que se suicidou, rasgando as artérias com um caco de garrafa, na manhã em que a polícia lhe deportou o apaixonado. E a Leontine, o Lenço-Encarnado... Houvesse faltado o dinheiro que a família me enviava, e eu terminaria ladrão... assassino... (ALVARO MOREYRA).

“Ah, jovens putas das tardes
o que vos aconteceu
para assim envenenardes
o pólen que Deus vos deu?”

VINICIUS DE MORAES.

GRACILIANO RAMOS espantou-se com a capacidade de fabulação de JOSÉ LINS DO RÊGO ao descrever a vida nos mucambos da capital de Pernambuco sem ter convivido com os seus habitantes. É que GRACILIANO não compreendia romance sem base na observação de fatos. Mas, o cientista não se fundará somente na receptividade deste ou na apreensão daquele, pois dispõe do conjunto que, literariamente, constitui até ciclos de marca econômica (café, algodão, cana-de-açúcar, cacau, uva, caju, etc.). Além disso, penetrará na vida e na obra dos autores e críticos, para discriminar entre cota de fantasia e lastro de documentação. "Contando a história da sua terra, JOSÉ LINS DO RÊGO nos põe diante dos olhos, como documentário autêntico, toda a vida do Nordeste: o mandonismo dos coronéis, o conflito dos patriarcas rurais com os jovens bacharéis fracassados, a luta do progresso da industrialização contra o atraso feudal (a usina devorando o banguê), o espetáculo dramático do fanatismo popular e as tropelias heróicas dos bandoleiros soltos a fazer justiça com as próprias mãos, truculentos e brutais, as intrigas miúdas da política municipal" (PEREGRINO JÚNIOR). De JOSÉ LINS DO RÊGO: "Em menos de oito anos o Dr. Luís, que chegara lá com dinheiro emprestado, era hoje o homem mais rico, o mais temido de todo o vale. Nunca ninguém, por aquelas paragens, alcançou maior soma de poder, mais força perante os pobres e perante os ricos. A São Félix valia como um Estado. O governo temia a sua importância. Os seus protegidos não conheciam delegados, as portas das cadeias não prevaleciam para as ordens do usineiro. Procurassem saber de jurados, de eleitores que não fossem crias da grande fábrica e encontrariam poucos. Os júris, as eleições, os padres, os juizes obedeciam às vontades do usineiro".

JORGE AMADO, ao ser recebido na Academia Brasileira de Letras, disse que seus personagens são "pessoas simples do povo, mestres de saveiro e pescadores, Mestre Manuel, Maria Clara, Livia e Guma, e sua ansiosa espera da morte no mar; negros e mulatos, o pai-de-santo Jubiabá e o negro Balduino, Rosenda Rosedá e o Gordo; crianças abandonadas, os capitães de areia, trabalhadores dos campos de cacau e rudes coronéis de repetição em punho; o rei das gafeiras da Bahia, Quincas Berro D'Água, e a mulata Gabriela, feita de cravo e de canela, e o comandante Vasco Moscoso de Aragão, que amava sonhar e comandava os ventos". Vêde *Criaturas de Jorge Amado*, de PAULO TAVARES, Rio, 1969.

"Nosso romance nasce dos contos e dos autos populares anônimos em processo de formação que absorveu três séculos de oralidade. Em consequência, e porque vinculado ao documentário desde as origens, captava acontecimentos, tipos e costumes, o romance brasileiro tem começo, meio e fim no mundo (o mundo brasileiro) que engendra. Dir-se-á que, em sua legitimidade literária inteira, sem nada perder de sua autenticidade artística, serve como uma das contribuições definitivas para a compreensão do país e do povo. Em todos os seus caminhos, não tem como libertar-se de sua integração no mundo brasileiro. O país nele pode encontrar a sua identidade. E pode encontrá-la sobretudo porque, em estado de testemunho, guardando as imagens como em um espelho, não anula em sua fixação as percepções dos romancistas. A matéria ficcional, viva para o documentário, chega ao romance

precisamente para manter-se viva. A base literária não permite que vingue qualquer superação. E, efeito dessa presença que é permanente contemporaneidade, oferece ao romance a possibilidade de apreendê-la e conservá-la, configurando o mundo brasileiro. Quem quer que deseje conhecer êsse mundo — conhecê-lo no sentido de uma compreensão à sombra de todos os valores culturais — basta voltar-se para o seu romance. Não é por acaso que, compondo à brasileira, o país e o romance se fundem, historicamente, o segundo na dependência do primeiro, como demonstram os séculos da formação nacional e da oralidade literária. Os movimentos se processam em intercurso (da formação nacional e da oralidade literária), do século XVI que é o da descoberta, até a primeira metade do século XIX, ambos condicionados à fermentação dos produtos culturais. Em três séculos, enquanto o complexo cultural brasileiro se forma através do sincretismo, o país socialmente se caracterizando para converter-se em nação, é a matéria ficcional que se conforma (como prova a oralidade) para permitir o romance. E, ao surgir, pode surgir apenas após a nação independente e juridicamente organizada. Já os movimentos temáticos e as constantes literárias — dentre os quais o documentário — estabelecidos pela oralidade, estavam criados como seus componentes. Era como se o mundo brasileiro marcasse, em sua complementação cultural, a oportunidade do seu romance” (ADONIAS FILHO).

Romances, contos, crônicas serão pontos de partida, indicações, condensações e não provas.

Além de tudo, os estudiosos aprenderão arte e ciência ao mesmo tempo. Meu lema inaugural — a arte a serviço da ciência — pode ser explicado. É a beleza a serviço da verdade social e do protesto humano para a harmonia. Sob aura humanista, despertaremos a flama vestibular da leveza e da palpitação. O que se recebe da arte não é esquecido. Aliás, fora da invenção, tudo é arte em sentido magno. A própria invenção não será a coroação de esforços e assomos seculares, senão milenares? O sentimento vem antes do pensamento. A arte sente (ou pressente) a verdade que a ciência pensa. “Ciência e arte nasceram para viver juntas, porque arte é harmonia e ciência é verdade. Quando se divorciam, a verdade fica desarmoniosa e a harmonia falsa. Se êste senhorsábio trouxesse pela mão direita a ciência e pela esquerda a arte, para fundi-las no momento de falar, que coisa esplêndida não faria de um tal tema! Trouxe uma só e por isso maçou-nos, empan-turrou-nos a alma de coisas duras, indigeríveis, misturadas com mil pronomes fora dos mancais”. (MONTEIRO LOBATO)

Nos estudos e pesquisas todos associarão arte e ciência para a técnica e o serviço. As próprias noções técnico-jurídicas são prontamente entendidas e especialmente gravadas para sempre por todos com o foco literário. Exemplos: de êrro de pessoa (*O Hóspede*, conto de LÚCIO DE MENDONÇA) e de crime impossível (*O Assassinato do General*, conto de MEDEIROS E ALBUQUERQUE).

Juntando o útil ao agradável (êste lugar comum nasceu da intuição pedagógica) despertaremos o apetite dos alunos despreparados e desatentos e curaremos o desespero dos autodidatas.

Adaptei ao ensino livros, como os de LEMOS BRITO e de EDGARD CAVALHEIRO e RAIMUNDO DE MENEZES, *Histórias de Crimes e Criminosos*, São Paulo, 1956, destacando e ilustrando o material mais característico.

Vali-me de novelas policiais, selecionadas e adaptadas, para aplicação aos pontos. Elaborei até o "miolo" de um "almanaque de contos policiais" para estudantes de Direito Penal e disciplinas afins. Não obtive o interesse editorial. Utilizados controladamente, os casos proporcionam assimilações duradouras e até revelações. Converti indiferenças em paixões, vadiação em aplicação.

Aproveitei até a ilustração anedótica mal empregada pelos palhaços permanentes da falsa cultura e da "causerie" frívola. Empreguei-a para adequada acentuação dos conhecimentos e derivativo para as miudezas e sensaborias técnicas.

Indico, a seguir, algumas passagens que neutralizam a diluição mnemônica.

FRANCO DA ROCHA considerou de intuição psicanalítica este caso: Um indivíduo de poucas letras, mas hábil, era delegado de polícia em São Luiz. Ocorrera um furto, cujo autor não descobrira. Costumava passar por sua casa um prêto quitandeiro, que nunca o cumprimentava. Mas, dias depois do furto, cumprimentou o delegado. Este mandou prendê-lo, dizendo: — "Eis o ladrão! Ele nunca me cumprimentou, o que agora faz por temer a autoridade". Aquêlo delegado acreano, que confundiu Antropologia e Etnografia, recebeu de um "criminoso nato" lição de Sociologia Criminal. A autoridade policial apontou para as anomalias do crânio do acusado. E este: "Seu" Doutô, aqui nós todos "semos" assim. "O senhor matou onze e não só um. Olhe aqui sua confissão. O senhor é um cínico!" O acusado replicou: "Eu só matei um. Os outros eram "piruanos". E, sorrindo do "erro" do delegado: "Aqui não se conta "piruano".

Caso de mandato vindicativo oficial: HUMBERTO DE CAMPOS (*Memórias*). "Feliciano Véras, meu tio, já depois de aposentado, passava o dia inteiro dando audiência e proferindo com humorismo sentenças bizarras, fora da lei, mas dentro do bom senso e do bom humor, quando o fizeram delegado de polícia. Um dia, apareceu-lhe um cabloco. — "Seu" coronel, eu venho me queixar contra o meu vizinho, o Antônio Malaquias. — Que fêz o Antônio Malaquias, meu amigo? — Tocou fogo no meu roçado. Meu tio voltou-se para o interior da casa, pedindo uma caixa de fósforos. Trouxeram-lha. E êle, para o queixoso: — Aqui está, meu amigo. Leve esta caixa de fósforos e, por minha conta, toque fogo no roçado do Malaquias!".

Em meu livro *Direito Penal* (Rio, 1936) relatei este fato sem teoria de "promessas" e "piedades" assassinas: "O latifundiário nordestino mandou um de seus cabras matar o deflorador da filha dêle, latifundiário. Encontrando-se depois com o "executor", à porta da igreja local, disse-lhe que não executasse a ordem contra o indicado, pois fôra outro o sedutor. E nomeou o que devia ser sacrificado, o verdadeiro autor. O mandatário respondeu: "Agora, não é mais possível. Já prometi a Nossa Senhora matar aquêlo mesmo. Só se matar os dois".

De RUY BARBOSA: “Depois de *pepinar*, à ponta de faca, o corpo do adversário, o assassino vai à primeira capela ou cruz de estrada rezar pela alma do defunto”. Poderia completar o quadro, acrescentando que o esfaoqueador iria à primeira bodega para a talagada especial.

Por dentro das cêrcas dos feudos modernos a fantasia celerada consegue criar nos abismos esgotados da tortura. De JOSÉ AMÉRICO (*A Bagaceira*): “Xinane tinha ido, alta noite, furtar o aipim que havia plantado e, pressentindo os vigias, se entocara no canavial. Levado à presença do senhor de engenho, êste ordenou ao feitor: — Lambuze o traseiro de mel de furo e assente no formigueiro. Xinane alarmou-se: — Por amor de seu Lúcio!... — Lambuze, bem lambuzado! — Por amor da defunta! — Nesse caso, dê-lhe umas tronchadas. Manoel Broca prontificou-se: — Fica por minha conta. Trinta lambadas. E ali mesmo, uma, duas, três... logo na terceira, o caboclo grunhia e mijou-se. E o xexéu deu-lhe uma vaia em têrmos”.

2. Como fazer-se idéia da pena de açoites sem a descrição de todo o seu horror pela mão crispada e golpeante do artista? Os textos oficiais tecnicizam a dor humana. JULIO RIBEIRO desagravou-a: “O flagelo desceu... Ouviu-se um rechino tênue, e cinco bêtas fufurúceas desenharam-se longas na epiderme arroxeadada das nádegas do condenado. O miserável torceu-se como uma serpente ferida; um grito rouco, inarticulado, horripilante, indescritível rompeu-lhe do peito. Alçou-se e caiu pela segunda vez o instrumento sinistro. A derme fendeu-se e brotaram, como rubis vivos, algumas gôtas de sangue. Nova contorsão agitou os membros do desventurado; nôvo rugido atravessou-lhe por entre os dentes cerrados. Os açoites amiudaram-se... — Dois! Três! Quatro! Cinco! Dez! Trinta! Cinquenta! Já não era sobre pele que silvavam os látégos: era sôbre uma chaga, sôbre uma pasta amolecida, sorvada, sangrenta. Troavam os uivos do supliciado; seus dentes batiam como em crescimento de sezões; de todos os poros minava-lhe suor. Os pulsos e os tornozelos tinham-se inchado e também sangravam: com os esforços violentos, com as contrações da dor as correias que o prendiam tinham penetrado nas carnes”.

“Depois do “asqueroso suplicio”, ainda trouxeram uma cuia com água de sal e uma navalha de barba. O algoz, ajoelhado junto do padecente, que mal respirava, fêz-lhe na chaga uma, duas, dez escarificações longitudinais com a navalha, depois, tomando a cuia, irrigou-as com salmoura. Foi a dor tão pungente, o sofrimento tão atroz, tão incomportável a angústia, que o infeliz deu um estremeção e perdeu os sentidos...”

O escritor reproduziu os gracejos com que o executor requintava a crueldade. Vêde outros episódios em *Padre Belchior de Pontes* e em *Carne*.

3. É ALFREDO ESCRAGNOLE TAUNAY (*A Inocência*) quem traz aos nossos dias, com simplicidade nítida e vigorosa, as orgias de fraude no “encilhamento” (1890-1891): “Cada cidadão foi um incorporador e diretor de bancos e companhias. Quem ontem não tinha capacidade para dirigir uma bodega nas mais limitadas proporções viu-se de improviso arvorado em diretor de altas finanças. Cada cidadão descurou do seu officio para jogar, e a.

praça do Rio de Janeiro metamorfoseou-se, num abrir e fechar de olhos, em Cassino de Monte Carlo, com a diferença, porém, de haver em Mônaco um só príncipe e muito regime no Cassino, e aqui serem muitos os príncipes e abundarem as falcatuas. Que significa a palavra “encilhamento”? Com êste termo, muito usual nos esportes de corridas de cavalo, era conhecido o local onde a última demão se aplicava aos animais, antes de atirá-los à raia da disputa e forçá-los à vitória no páreo. Os zangões e os corretores enxa-meavam nas ruas centrais, principalmente o trecho final da rua da Alfândega até Primeiro de Março, prolongando-se pela da Candelária e enchendo de vozério as imediações do prédio do Banco do Brasil. As fortunas fantásticas pululavam como por milagre, da noite para o dia. Onde já se vira tanta roubalheira? E logo, sob as vistas complacentes do próprio govêrno, que animava e incrementava aquela bacanal de lucros. Corria qualquer um ao Ministério e obtinha, sem mais aquela, uma “concessão”, como por exemplo para explorar terras na Amazônia, ou no Araguaia, coisa absolutamente fantástica. A publicidade era feita de bôca em bôca, ingênuamente. Estavam todos certos de que o futuro financeiro de cada qual estava naquelas colonizações... No dia seguinte, o concessionário, que apenas gastara a estampilha do requerimento, vendia o privilégio a uma companhia incorporada que passava a vender as novas ações. Os detentores dêsses títulos empurravam-nos para diante com ágio. Os compradores revendiam-nos com vantagens. E assim por diante. A coisa tomava vulto alarmante. “Os zangões” e os corretores da praça imaginavam e arquitetavam as tramas criminosas dos planos fantasiosos, em que se envolviam os negociastas. A Companhia Geral de Estradas de Ferro e o Banco de Crédito Universal foram as maiores e as mais escandalosas negociatas da época do “encilhamento”.

4. Com MONTEIRO LOBATO, que já constitui um título em nossa história literária, gênero, escola, símbolo, monumento, ficamos sabendo o mais importante sôbre “grilos” e “grileiros” (*Onda Verde*). — “Grilo” e seus derivados, “grileiro”, “engrilar”, em acepção muito diversa da que devem ter entre os nipônicos, onde grileiros engrilam grilos em gaiolinhas como se faz aqui ao sabiá, ao canário, ao pintassilgo e mais pássaros tolos que morrem pela garganta. Em certas zonas chega a ser obsessão. Todo o mundo fala em terras “engriladas” e comenta feitos de “grileiros” famosos. E agora que o “grilo” penetrou na arte e vai perpetuar-se em mármore e bronze no monumento da Independência, vem a talho um apanhado geral sôbre a conspícua instituição, viveiro onde se fermenta a aristocracia dinheirosa de amanhã. As velhas fidalguias da Europa entroncam no banditismo dos cruzados. Ter na linhagem um facínora, encoscorado de ferro, que saqueou, queimou, violou, matou à larga no Oriente, é o maior padrão de glória de um marquês de França. Ter entre os avós um “grileiro” de hoje vai ser o orgulho supremo dos nossos milionários futuros. Matarás, roubarás, são os mandamentos de alto bordo do decálogo humano, eternos e irredutíveis, que a ingênu lei de Moisés tentou inverter, antepondo-lhes um inócuo “não”. “Grilo” é uma propriedade territorial legalizada por meio de um título falso; “grileiro” é o advogaço ou “águia”, qualquer manipulador de “grilo”; terras “grilentas”

ou “engriladas”, as que têm maromba de alquimia forense no título. Como êste acrídio proliferou na Noroeste mais do que o permite o coeficiente tolerável de patota humana, as conversas ressentem-se lá de acentuado locustismo. — Vou comprar terras no “grilo” do Dr. Honestino dos Anjos. — Não caia nessa! O Honestino é um “grileiro” sujo. Qualquer dia escangalham-lhe com a patota. “Grilo” de primeiríssima, que dá gôsto, é o da Ponte Preta! Êsse, sim... Porque há “grilos” geniais, obra de Cagliostros encarnadas nos Lobões cozidos no “venerando mosteiro”; e os há ineptos, mancos, fabricados aí por sapateiros de Themis, “curiosos” de trampolinagem sem dedo para a coisa. Aquêles gozam de tôda a consideração social devida aos “meneurs” de vistas largas, ao passo que a êstes os cobre o povo de irrisão. — Ali vai o senhor Ponte Preta, um “grileiro” macota! — E que me dizes de Beltrano? — Um sujo. Borrou-se com aquêle “grilinho” indecente da Pedra Azul e anda agora a tentar outro mais inepto ainda. É um crime deixar a polícia soltos pelas ruas tipos dessa ordem.. — Não tem a pinta!... — É isso. O “grileiro” é um alquimista. Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, cria genealogias, ensina a escrever a velhos urumbevas que morreram analfabetos, embaça juízes, suborna escrivães e, nôvo Jeová, tira a terra do nada. Seu laboratório lembra as espeluncas dos Faustos medievos; mais prático, porém, não alquimiza ali a pedra filosofal ou o elixir da longa vida. Cagliostro virou rábula: manipula a propriedade. Envelhecer um título falso, “enverdadeirá-lo”, é tôda uma ciência. Mas conseguem-no. Dão-lhe a côr, o tom e o cheiro da velhice, e fazem-no muitas vêzes mais autêntico do que os reais. Expõem-no ao fumeiro, a tal distância da fumaça conforme o grau de anciandade requerido, e conseguem assim a gama inteira dos amarelídios, segredos até aqui de Cronos. Enquanto o papel se defuma, fazem-lhe aspersões sábias, que lhe dêem a rugosidade peculiar às celulosos d’antanho. Finalmente, para impregná-lo do cheirinho, do “bouquet” dos decênios, passeiam-no a cavalo, metido entre o baixeiro e a carona... E mais coisas fazem que os leigos não pescam, e que constituem o segrêdo do “ponto de bala”. Tudo isso, às vêzes, falha. Veste o lôbo a pele da velhice, mas fica com o rabo da mocidade fora. Conta-se de um, superiormente engehado, que faliu por artes de uma raio de sol. O documento engrilado era perfeito, sem cochilo mínimo por onde o advogado contrário, preposto a destramar a marosca, pudesse levantar a perdiz. Por mais que virasse e revirasse o papel, e analisasse a letra, e cotejasse os dizeres, e cheirasse, e apalpassse, não atinava com o calcanhar de Aquiles. Já com dor de cabeça ia pôr de parte o “grilo”, quando Apolo intervém. Um raio de sol entra pela janela e dá de chapa contra o título. Aquela súbita e intensa iluminação o perito pôde vislumbrar as letras d’água com que a fábrica marcara o papel. E lá estava a estrêla da República, naquele documento do século dezessete... Ao trabalhinho e laboratório aliam-se os atos anexos e complementares — violências, subôrno, incêndio de cartórios, sumiço de autos, etc. Porque o “grilo” é protiforme, e para completar-se sobe à ótica, subornando os teodolitos dos engenheiros. Que prodígios não opera neste campo! O primeiro é substituir a corrente, o podômetro, o teodolito, a trigonometria e o mais por

um instrumento só, de alta engenhosidade: o olhómetro. Só o olhómetro merece fé aos “grileiros”, êsse aparelho maravilhoso, de criação nossa e já muito usado pelos governos em estudos estatísticos. Por intermédio dêle mudam-se os cursos dos rios, passa-se um afluente da margem esquerda para a direita, criam-se cachoeiras em sítios onde o nível é manso, e operam-se quantas mais revoluções geográficas se fazem mister à patota. Um “grileiro” possui o nome de um rio que a natureza esqueceu de criar; se consegue localizá-lo, o “grilo” sairá de primeiríssima. E lá vai êle, com o rio às costas, em procura de colocação... Ao outro fazia grande conta uma cachoeira em tal ponto de certas divisas. O homem não pestaneja: constrói a cachoeira. Há intervenção judiciária. Na vistoria chamam para perito o morador mais antigo das redondezas. O caboclo chega, defronta-se com a cachoeira fantástica e abre a bôca. Há cinqüenta anos que vive ali, conhece a zona como a palma da mão — como é que nunca viu aquêle “poder d’água”, barulhento e atravancador? Mas desconfia e, entrando na água, desfaz com dois pontapés a Paulo Afonso de mentira, que lá rola, águas abaixo, transformada em tranqueira de galhaça e cipós... Era “grilo”!... O “grilo” come nas terras apossadas pelos caboclos mal apetrechados contra os percevejos da lei, tanto quanto nas terras devolutas que, engriladas a N., S., L., e O., derretem-se como torrão de açúcar n’água. Calcula uma autoridade no assunto em três milhões de alqueires a área das terras “engriladas” na Noroeste. E êsses milhões caminham para quatro, visto como agora a indústria do “grilo” interessa os altos paredros da política, verdadeiras piranhas em matéria de voracidade. Não há exagêro no cálculo de três milhões, sabendo-se que há “grilos” de 200, 300 e 500 mil alqueires — territórios equivalentes à metade da Bélgica, quase à Saxônia e tamanhos como os antigos ducados e principados alemães!... Verdade seja que êsses “grilos” são os grilos-mães, os 420 da espécie. Um existe de 480 mil alqueires — o rei do clã — notável não só pelo tamanho como pela perfeição da sua gênese. Ê o grilo recorde, e merece publicidade para lição dos que querem enriquecer depressa, mas andam aí à malbaratar o engenho com patotinhas vagabundas. Baseado em título autêntico, que lhe dava domínio sôbre uns três mil alqueires, resolve um “águia” engrilá-los. Amadurecido o plano estratégico, requer, um dia, cópia dos autos onde vinha a partilha da gleba em questão, delimitada de um lado nestes têrmos: “... e daí, em linha reta de duas léguas, até encontrar o rio tal”. Ao chegar neste ponto, o escrevente do cartório, que tirava a cópia, sofreu uma alucinação ótica e escreveu “vinte e duas” onde rezava “duas”. Mesmo fora das bebedeiras é comum esta visão dupla das coisas, que há de ter em medicina um nome grego. Concluída a cópia, vai ela ao juiz para os sacramentos. Juiz, promotor e coletor, subscrevem-na, depois de lançados o “conferido e consertado” do estilo. Mas nenhum dêles conferiu, nem consertou coisa nenhuma, de acôrdo com a mais louvável das praxes, porque é preciso ter confiança no escrivão, que diabo! E destarte o “grileiro” entrou na posse duns autos tão autênticos perante a lei como os originais. Intervalo de quinze minutos. Um advogado surge e pede vista dos autos originais. Obtém-na e leva para casa o calhamaço. Terceiro quadro: o grileiro denuncia êsse advogado como tendo

perdido o papelório. Themis assanha-se e intima o detentor a entregá-los sob as penas da lei: prisão ou reconstrução dos autos perdidos. O bacharel consternado, alega que de fato os perdeu, e segue para o xadrez como um verdadeiro mártir da uruca. E lá, entre grades, antes de meditar Sílvio Pellico e Dostoiewsky, já sente na cabeça o estalo de Arquimedes — Eureka! . . . *Lembra-se* que em mãos de um amigo existe cópia conferida e concertada, e compromete-se a dá-la em troca do raio do original, que o saci (evidentemente o saci! . . .) lhe furtara da gaveta. Quarto ato: deferimento, soltura, e entrada solene em cartório do “grilo” triunfal! Cai o pano. Reacendem-se as luzes e o “grileiro” de gênio entra na posse de 400 e tantos mil alqueires em vez dos miseráveis três mil primitivos. É ou não um rasgo ianque, merecedor dum filme em oito partes, composto pelos “famous players” da “Lasky Corporation”? A “Paramount” paga entrecchos dêstes a 500 dólares por cabeça, mas fica na dúvida que tenham sido ideados cá pelos mexicanos da América do Sul. Não conhecem os nossos progressos lá fora. Não imaginam o galope do nosso ardego “vorwaerts”. Galope tão grande que já se reflete na língua. Todos os dias o povo cria palavras novas que dêem medida à evolução da esperteza. Para batismo dêstes “looping-the-loop” da aviação forense, só entre os bichos que voam encontra o povo analogias competentes: águia, grilo, aguismo. Mas não basta. Há necessidade de formas novas, combinações estapafúrdias, conúbios de rapinantes de alta envergadura com ruminantes de pé ultraligeiro. Só estas cabriolas vocabulares têm força expressiva no caso. Ouvimos, uma vez, em roda onde se comentavam êsses geniais malabarismos, cair em crise de entusiasmo um dos ouvintes; piscou, fiscou os olhos e improvisou êste soberbo jato de impressionismo zoológico, única forma capaz de dizer tôda a imensidade da sua imaginação: — Que cabras-águias!”